

Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

 FABIOLA
ARAUJO DA
SOLEDADE
LINS
25/08/2023 14:52

 KATIA
DO
REGO
BARROS
25/08/2023 14:57

 CARLOS
EDUARDO
GOMES
PUGLIESI
28/08/2023 15:47

PROJETO BÁSICO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROJETO EJ-TRT6 Nº 18/2023

1. EVENTO - art. 13, I, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

1.1- Contratação direta, como colaboradora eventual, da Desembargadora aposentada Eneida Melo Correia de Araújo, para realizar O Painel “80 anos da CLT e as relações laborais contemporâneas: suficiência ou necessidade de novas normas trabalhistas?” no II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ESCOLA JUDICIAL: 80 ANOS DA CLT, no auditório da Ejud-6, dia 28 de setembro de 2023.

2. ORIGEM

2.1 - Escola Judicial do Tribunal Regional da Sexta Região – Ejud-6

3. TEMA ESTRATÉGICO

Mapa Estratégico do TRT6 - 2021-2026

Perspectiva - Aprendizado e Crescimento

Macrodesafios - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

3.1 - Objetivo Estratégico: Incrementar modelo de gestão de pessoas

3.2 - Descrição do objetivo:

Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psicossociais que envolvam a organização do trabalho, a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade dos magistrados(as) e servidores(as), os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição da justiça do trabalho, as competências exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos procedimentos de trabalho.

4. FINALIDADE DO PROJETO

4.1 - Para incrementar a gestão de pessoas, a Escola Judicial deste TRT promove, anualmente, capacitações para magistrados(as) e servidores(as) através do Congresso Internacional, constante no PAC-2023. Dessa forma, o presente projeto tem como finalidade a contratação da colaboradora eventual Eneida Melo Correia de Araújo, que contribuirá de forma significativa na capacitação dos(as) magistrados(as) e servidores(as), quanto ao tema relacionado as relações laborais contemporâneas.



PROAD 17638/2023. DOC 2. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2023.MFLCQVZMYV:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

5. CLIENTES DO PROJETO

5.1 – Magistrados(as) e Servidores(as) do TRT6.

6. JUSTIFICATIVA DO EVENTO

1.1 O Painel “80 anos da CLT e as relações laborais contemporâneas: suficiência ou necessidade de novas normas trabalhistas?” trata de assunto atual e pertinente para as atividades do dia a dia dos(as) magistrados(as) e servidores(as), mostrando-se necessária a atualização com palestrante experiente. Eneida Melo Correia de Araújo é doutora em Direito do Trabalho, professora aposentada dos cursos de graduação e pós-graduação da faculdade de direito da Universidade Federal de Pernambuco, apresentando notório saber sobre o tema abordado, conforme currículo anexado.

7. DISCRIMINAÇÃO – art. 13, I, VI, IX e XII, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

| | |
|------------------|---|
| Itens | Palestra “80 anos da CLT e as relações laborais contemporâneas: suficiência ou necessidade de novas normas trabalhistas?” a ser ministrada no II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ESCOLA JUDICIAL: 80 ANOS DA CLT. |
| Carga Horária | 1,25 horas-aula |
| Participantes: | Magistrados(as) e Servidores(as) do TRT6 |
| Contratado: | Eneida Melo Correia de Araújo |
| Anexos: | <ul style="list-style-type: none"> - RG e CPF - Currículo do palestrante - Diploma de Doutorado - Certidão negativa do CNJ - Certidão negativa da Receita Federal - Certidão negativa do TST - Recibo de Valor a Receber |
| Valor (R\$): | R\$ 825,00 |
| CPF e em-mail: | <p>CPF: 193.648.144-87</p> <p>E-mail: eneida.melo@trt6.jus.br</p> |
| Dados Bancários: | <p>Banco: Banco Bradesco</p> <p>Agência: 2679-4</p> <p>Conta Corrente: 600.081-9</p> |

8. CUSTOS DO PROJETO - art. 13, I, IV e VI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

| | |
|----------------------|--------------------|
| Responsável: | EJ-TRT6 |
| Método de aquisição: | Contratação direta |



Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

| | |
|-----------------------|------------------------|
| Data limite: | 27 de setembro de 2023 |
| Exercício financeiro: | 2023 |
| Custo (R\$): | R\$ 825,00 |
| TOTAL (R\$) | R\$ 825,00 |

8.1 JUSTIFICATIVA DE PREÇO - art. 13, IV, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

8.1.1 - Trata-se de uma contratação de palestrante como colaboradora eventual

De acordo com o ato EJ-TRT6 nº 01/2014 em seu artigo 2º a contratação de colaboradores eventuais, definido no parágrafo primeiro da seguinte forma:

§1º Considera-se colaborador eventual, para os fins deste Regulamento, a pessoa que, sem vínculo com a Administração Pública Federal - Direta, Autárquica ou Fundacional -, seja contratado para prestar serviços em curso, estudo, palestra, conferência, seminário ou outro evento de natureza institucional de interesse da EJ-TRT6;

8.1.2 - O contratado tem notório saber sobre o tema abordado, conforme currículo anexado, e seu pagamento será realizado de acordo com a tabela da ENAMAT, considerando a carga horária e a formação da palestrante.

8.2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.2.1 - A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Escola Judicial, sendo:

| | |
|--|---|
| Plano Orçamentário: | 05 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados |
| Classificação orçamentária da despesa: | 3390.36 |
| Valor R\$ | R\$ 825,00 |

9. ESTRUTURA DE DECOMPOSIÇÃO DO TRABALHO

9.1 - Solicitação da Proposta e Encaminhamento: EJ-TRT6.

10. GESTOR E FISCAL – TITULAR E SUBSTITUTO DO PROJETO - art. 13, XIV, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

| | |
|--------------------|---|
| Gestor Titular: | Fabiola Araújo da Soledade Lins |
| Cargo: | Técnico Judiciário - Chefe da Seção Administrativa da EJ-TRT6 |
| Gestor Substituto: | Bruna Nunes Lubambo de Souza |
| Cargo: | Técnico Judiciário - Assistente da Seção Administrativa-Financeira da EJ-TRT6 |



Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

| | |
|----------------------|--|
| Lotação: | EJ-TRT6 |
| Telefone: | 3225-1315 |
| Endereço Eletrônico: | fabiola.soledade@trt6.jus.br/bruna.lubambo@trt6.jus.br |

| | |
|----------------------|--|
| Fiscal Titular: | Kátia do Rego Barros |
| Cargo: | Técnico Judiciário - Secretária Acadêmico-Executiva da EJ-TRT6 |
| Fiscal Substituto: | Mário dos Santos de Assis |
| Cargo: | Técnico Judiciário - Chefe da Seção de Formação e Aperfeiçoamento da EJ6 |
| Lotação: | EJ - TRT6 |
| Telefone: | 081-32253487 |
| Endereço Eletrônico: | Katia.rego@trt6.jus.br/mario.santos@trt6.jus.br |

11. CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

11.1 - A contratação direta por inexigibilidade de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II da Lei 8666/93. O inciso II de tal artigo se refere à contratação de serviços técnico-profissionais especializados apontados pelo art. 13, inciso VI, da mesma lei que, além de conter a obrigação de ser um serviço técnico-profissional especializado, acrescenta mais duas exigências, o objeto singular da contratação e a notória especialização.

11.2 - Desse modo, temos que a inexigibilidade somente se configura diante da presença cumulativa destes três requisitos. Ou seja, não basta configurar-se como um serviço técnico profissional especializado, mas a contratação dependerá de constatar-se a existência da singularidade do objeto, e de notória especialização do sujeito. (Súmula TCU Nº 252).

A Orientação Normativa da AGU nº 18, de 1º de abril de 2009, consolida seu posicionamento a respeito do tema, “contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.”

11.3 - Indo ao encontro dessa posição, em Orientação Normativa, a câmara Permanente de Licitações e Contratos da Procuradoria-Geral Federal - AGU nº 18/2009 não obsta a contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica para ministrar curso fechado para a Administração Pública, desde que presentes os pressupostos do art. 25, II, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11.4 - Portanto, é pacífico o entendimento que, seja para cursos abertos ou fechados, a contratação direta por inexigibilidade é completamente aplicável contanto que sejam atendidas as determinações legais.

12. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO - art. 13, V, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

12.1 - A escolha da profissional em contratação fundamenta-se em procedimento que procura garantir a aplicação dos princípios da impessoalidade e da eficiência, demonstrando-se que a decisão tomada é a que melhor atende ao interesse público específico, pagando-se um preço adequado. Desse modo, a escolha pela escolha do profissional baseia-se nos seguintes critérios:

PROAD 17638/2023. DOC 2. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2023.MFLCQVZMYV:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

a) Serviço técnico-profissional especializado;

b) Objeto singular da contratação, verificado na adequação entre a prestação de serviço e a necessidade do conteúdo pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

13. DEVERES DA CONTRATADA - art. 13, XI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

13.1 Realizar palestra presencialmente no II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ESCOLA JUDICIAL: 80 ANOS DA CLT com duração de 1,25 horas/aula.

14. DEVERES DO CONTRATANTE - art. 13, XI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

14.1 A contratante deverá realizar o pagamento em até cinco dias após o término do evento, sendo verificadas para tal, todas as certidões negativas.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - art. 13, III, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

Não se aplica.

16. SANÇÕES - art. 13, XIII, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

16.1 - Pelo inadimplemento de qualquer obrigação ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades a seguir indicadas aplicadas cumulativamente ou alternativamente, com determinação e grau de aplicação a critério da Administração, de acordo com a Lei nº. 8.666/93:

16.1.1 - Advertência;

16.1.2 - Multa;

16.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.2 - A multa prevista no subitem 16.1.2 será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total;

16.3 - Em se tratando de inexecução parcial do contrato observar-se-á:

16.3.1 - Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.3;

16.3.2 - Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento do contrato, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da



Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem anterior, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato;

16.4 - A aplicação de qualquer penalidade à CONTRATADA será sempre precedida da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei;

16.5 - Estima-se para efeito de aplicação de multas o valor total do contrato à época da infração cometida;

16.6 - O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado o comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a CONTRATADA ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do §1º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

17. Aprovação do projeto

À Secretaria Executiva da Escola Judicial para apreciação.

Recife, 25/08/2023

Fabíola Araújo da Soledade Lins
Chefe do Núcleo Administrativo-Financeiro da Ejud-6

De acordo com o projeto apresentado. À Diretoria da Escola Judicial do TRT6.

Recife, 25/08/2023

Kátia do Rego Barros
Diretora da Secretaria Acadêmico-Executiva Ejud-6

De acordo com o projeto apresentado. À Secretaria Administrativa para as providências atinentes à abertura do respectivo processo.

Recife, 25/08/2023

Eduardo Pugliesi
Desembargador Diretor da Ejud-6

